Os portugueses. De colonos a imigrantes

Fernando de Sousa
CEPESE

DURANTE TRÊS SÉCULOS, entre 1500 e 1822, Portugal colonizou o Brasil, povoou e ocupou o território, cultivou a terra e explorou o subsolo.

Aos nativos juntaram-se os portugueses livres e os africanos escravos, constituindo os elementos fundadores do Brasil e que estão no cerne da herança cultural do seu povo.

Em 1822, por força dos ventos da História e da vontade do seu povo, o Brasil proclamou a sua independência e, de um dia para o outro, os portugueses radicados naquele país tornaram-se brasileiros. E assim, de uma colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de caráter internacional.

Não subestimemos a mudança. A partir de 1822, ou melhor, a partir de 1825-1826, estabelecida a paz entre os dois países atlânticos, os portugueses que saem para o Brasil passam a deslocar-se para um país estrangeiro. A corrente emigratória é a mesma, o território e a língua são os mesmos, os "laços de sangue" permanecem, mas a natureza jurídica e o estatuto social dos que emigravam passou a ser distinta.

O vassalo português do Império, colonizador, tornou-se brasileiro por adoção e finalmente emigrante estrangeiro. Os portugueses que chegavam passaram, em breve, a submeter-se ao ordenamento jurídico que enquadrava os imigrantes de qualquer procedência.

Matizemos os conceitos de colonizador e de emigrante, tanto mais que ambos chegaram tarde à língua portuguesa. Se "colono" entrou no nosso vocabulário no século XVII, "colonizador", como "colonização" e "colonizar" só passaram a ser utilizados a partir de 1836. E "emigrante" chega apenas na década de 1830 (mais cedo, porém, da data referida pelo *Dicionário Houaiss*), ainda que "emigração" date de 1813. Nestes dois casos, as palavras chegaram muito depois das "coisas".

Se definimos por colono aquele que emigra para povoar uma terra estranha, ou trabalhar a terra por um salário, devido à iniciativa do Estado, empresa ou mesmo de um proprietário, então temos colonos portugueses no Brasil desde 1500. Mas não podemos chamar colonos a todos aqueles que, antes de 1822, saíram para o Brasil, uma vez que boa parte deles não estava ligada à agricultura,

e não foram patrocinados pelo Estado ou por particulares. Mas se por emigrante entendermos o que sai da sua pátria para viver noutro país, então só podemos falar de emigração para o Brasil a partir de 1822. Mesmo se estes, muitas vezes, preenchiam os requisitos apontados para se enquadrarem na categoria de colonos.

Não é a partir de então que o português perde o seu estatuto de "senhor" para passar a ser um "emigrante", ou seja, alguém que tem de submeter-se às leis de um outro poder político e aceitar um novo estatuto sócio-jurídico?

O português, que antes de 1822 era responsável pelo enquadramento administrativo e o desenvolvimento económico do Brasil, vai passar a ser, daí em diante, basicamente, mão-de-obra assalariada, a integrar-se numa outra sociedade em que não mais tem qualquer poder de decisão, e não raras vezes lhe é francamente hostil. Essa hostilidade latente, nalgumas regiões veemente e por vezes sangrenta, não impediu que a emigração portuguesa para o Brasil prosseguisse ininterruptamente, num *continuum* que, com maior ou menor intensidade, veio até aos nossos dias.

A emigração portuguesa para o Brasil, isto é, após a sua independência em 1822, ultrapassados os primeiros anos de conflito entre os dois países, vaiconhecer a partir de 1834, com a instauração definitiva do liberalismo em Portugale a legislação repressiva do comércio da escravatura de 1835-1836, um novociclo caracterizado pela intensidade do fenómeno, alimentada sobretudo pelosAçores por um lado, e pelo Noroeste do Portugal Continental por outro.

A emigração, nesta fase conturbada de afirmação do regime liberal em Portugal, foi objeto de particular atenção pelo Governo e pelo Parlamento. Não iludamos, contudo, a questão. A preocupação destes órgãos de soberania era sobretudoformal, manifestando-se apenas na sequência de casos escandalosos que, por vezes, eram publicitados, ou de iniciativas parlamentares a que convinha daralguma justificação. Na verdade, nem o Governo, nem o Parlamento, nem as autoridades distritais, nem a sociedade portuguesa estavam empenhados em travar a emigração ou a reorientá-la do Brasil para as colónias africanas.

O Estado liberal, após 1834, até meados do século XIX, revelou uma incapacidadetotal para resolver a agitação sociopolítica que recorrentemente degenerouem guerras civis, os graves problemas económicos com que Portugal se debatia, e a crise financeira para a qual os sucessivos Governos não encontravamsolução, de tal modo que as receitas estavam longe de cobrir as despesas, déficeque o tempo não mais deixou de agravar.

Não tinha, pois, quaisquer condições económicas para traduzir, na prática, autopia parlamentar de canalizar os fluxos migratórios das Ilhas atlânticas ou doNorte litoral de Portugal para colonizar o Alentejo – como uns pediam – ou para África – como outros entendiam –, hipóteses, aliás, quenunca passaram a teses. Vem a talhe de foice referir que, também no plano regional/distrital, comexceção dos Açores e da Madeira, ninguém estava preocupado com a emigração.

Se analisarmos as consultas das Juntas Gerais dos distritos entre 1839-1848, verificamos que as mesmas abordam os mais diversos temas – divisão administrativae judicial do território, instrução pública, expostos, casas pias, confrarias, misericórdias, asilos e outros estabelecimentos de beneficência

e caridade, obraspúblicas e comunicações, correios, cadeias, cemitérios, feiras, agricultura eindústria, bancos rurais, contribuições e impostos, contrabando –, mas, comexceção das consultas das Juntas Gerais da Madeira e dos distritos dos Açores, enem sempre, nenhuma tratou da emigração.

Por outro lado, a sociedade portuguesa também não estava interessada emdificultar a emigração. Nos Açores e na Madeira não havia trabalho para a suapopulação ativa, funcionando deste modo, como válvula de escape da pressãosocial, a intensa emigração que se fazia sentir, atenuando a conflitualidade numespaço caracterizado por uma economia bloqueada e uma sociedade profundamentefechada, hierarquizada, desigual, feudalizante, típica do Antigo Regime.

No Norte de Portugal também ninguém pretendia bloquear a emigração parao Brasil, como demonstram as posições da Associação Comercial do Porto, e a consulta da Junta Geral de Distrito do Porto em resposta ao inquéritoà emigração de 1843. No Norte litoral, com profundas ligações ao Brasil, nãoexistia uma só família sem parentes naquele Império, uma freguesia que nãobeneficiasse das remessas em dinheiro dos portugueses aí radicados, um municípiosem uma casa de um "brasileiro" que angariara fortuna naquele país e regressaraa Portugal.

Acresce a isto que a navegação do Porto – segundo a referida Associação –, eraalimentada basicamente pela partida e regresso de emigrantes, não chegando umnavio vindo do Brasil que não trouxesse brasileiros e instruções dos portuguesesque aí se encontravam, para amigos ou familiares seus embarcarem com destinoao Rio de Janeiro, à Baía, a Santos/São Paulo etc.

Finalmente, a Praça do Porto, na qual se encontravam numerosos negociantesbrasileiros – que em 1838, atingiam o número de 163 –, alimentava-se, sobretudo, do dinheiro vindo do Brasil.

Impedir a emigração para o Brasil – concluíam as fontes que referimos – eraaumentar a indigência e a mendicidade do Norte de Portugal.

Sendo assim, não é de estranhar que o Governo português nunca tivesse proibido a emigração para o Brasil, direito, aliás, imprescritível que os súbditos portugueses tinham, de acordo com a Carta Constitucional. Procurou regulá-la mas não impedi-la, uma vez que, por diversos fatores da mais variada natureza, que são bem conhecidos, não conseguiu evitar a pauperização de boa parte da sua população.

"Quem está bem não se muda" – refere a Consulta Geral do Distrito de Viseu em resposta ao Inquérito Parlamentar de 1843. "Quem haverá que permaneça de vontade em uma terra em que não divisa raio algum de esperança", denuncia a Junta Geral do Distrito da Horta, Açores, no mesmo ano? O "mau negócio" da emigração – escreve Oliveira Martins em finais de Oitocentos – era uma fatalidade e como tal, era melhor dirigir-se para o Brasil do que tentar desviá-la para as colónias africanas.

E assim se manteve. Apesar de o Governo brasileiro ter promovido a emigração alemã em meados do século XIX, em detrimento da portuguesa, iniciativa que não resultou, uma vez que os alemães, como os suíços, ao tomarem conhecimento das condições de trabalho dos europeus nas fazendas brasileiras, proibiram a emigração para o Brasil em 1858-1859. Também tentou a emigração chinesa, à semelhança dos EUA na Califórnia, mas sem resultado. Só nas últimas décadas do século XIX é que a emigração italiana se vai juntar à portuguesa.

A corrente imigratória portuguesa foi, assim, até 1885 largamente predominante, a mais numerosa e a mais prolongada no tempo: dois milhões de portugueses, como escreveu José Sacchetta, entre 1822 e 1945.

Desiluda-se quem defende que a emigração italiana para o Brasil, como continuamos a ver escrito por alguns investigadores, foi a mais importante sob o ponto de vista quantitativo. Até 1870-1875, desde a independência do Brasil, a única corrente emigratória para o Brasil, com significado, foi a portuguesa, com mais de 150 000 pessoas, segundo uma estimativa nossa baseada em fontes portuguesas e brasileiras. Entre 1876-1974, a corrente emigratória portuguesa legal somou 1 600 000 emigrantes segundo as fontes portuguesas, 1 650 000 imigrantes segundo as fontes brasileiras, enquanto que os italianos somaram 1 450 000, de acordo com as estatísticas italianas apresentadas pela equipa do *Istituto di Ricerche sulla Popolazione e le Politiche Sociali*. Com estes números, não nos move qualquer intuito ridículo de valorizar a emigração portuguesa, move-nos apenas a preocupação do rigor histórico, que neste caso, só faz sentido quando acompanhado dos números.

Sublinhe-se, ainda, que os portugueses foram os europeus que detiveram a menor proporção de passagens subvencionadas pelo poder público ou por particulares, constituindo o caso mais significativo da emigração "espontânea" para o Brasil nos séculos XIX e XX – apesar dos obstáculos de lá e de cá, das zangas e amuos entre as duas partes, o casamento manteve-se, porque nem o Brasil, quanto a mão-de-obra barata, nem Portugal, quanto à colocação dos seus emigrantes, encontraram alternativa válida a qualquer outra união.

Abordada a problemática da emigração portuguesa para o Brasil, de um modo breve, iremos procurar responder neste artigo a duas questões relativas ao século XIX: quais as principais regiões de origem dos emigrantes e que tipos ou categorias de emigrantes vamos encontrar no Brasil.

As regiões de emigração em Portugal

Relativamente à emigração portuguesa oitocentista para o Brasil importa definir as áreas geográficas que a alimentam, relacionando-as com as categorias socioprofissionais que é possível detetar sob a designação geral de e/imigrantes.

É sabido que a emigração portuguesa para o Brasil, no século XIX, foi alimentada sobretudo pelos Açores e Norte do Portugal Continental. A primeira, saída das Ilhas, em condições mais duras que a segunda, escoada pelos cais do rio Douro?

A legislação emanada do Governo, a discussão parlamentar e os testemunhos do corpo diplomático português no Brasil apontam nesse sentido. As portarias do Governo denunciam a saída de um "prodigioso número de habitantes" dos Açores, porventura, em alguns anos, em maior número que do Norte de Portugal – região esta que não é referida –, devido à emigração clandestina e arregimentada que das Ilhas atlânticas, de forma descarada, se efetuava.

Os relatórios dos governadores civis, as consultas das Juntas Gerais dos distritos dos Açores, e o próprio relatório do Ministério do Reino, de 1843, não deixam quaisquer dúvidas quanto à intensidade que a emigração clandestina regista nestas ilhas portuguesas do Atlântico.

São os Açores (e a Madeira) que dão corpo ao "tráfico da escravatura branca" denunciado com veemência de 1835 em diante e que irá permanecer, enquanto estereótipo, até meados do século XIX. Os testemunhos individuais vindos da outra margem do Atlântico – carta do Rio de Janeiro, de 2 de setembro de 1837, citada por José Capela,[1] falando dos ilhéus vendidos em praça pública "como se faz aos negros novos"; carta de Pernambuco, de 15 de dezembro de 1842, referindo homens e mulheres dos Açores vendidos "como se vende o gado"; ofício de um capitão de navio, no Rio de Janeiro, de 4 de abril de 1843, testemunhando a "emigração escrava", a "escravidão para portugueses", "inteira e tão completa como a dos negros" – não deixam quaisquer dúvidas quanto à existência deste fenómeno – já mencionado, aliás, por Miriam Halpern Pereira, ao escrever que os emigrantes açorianos, antes de meados do século XIX, eram "regularmente vendidos nas praças públicas do Brasil como escravos" ou leiloados à chegada, "de forma bastante semelhante à utilizada precedentemente com os negros".[2]

É claro que se torna necessário matizar esta realidade, indesmentível, sem dúvida, mas revestindo formas e modalidades que tanto se aproximavam dos escravos como das pessoas livres, de acordo com as condições em que chegavam ao Brasil, fundamentais porque determinavam, em grande parte, o sucesso ou insucesso dos emigrantes.

Vejamos o exemplo de Francisco Gomes de Amorim, natural de Vila do Conde, que com dez anos, pela barra do rio Douro, em 1837, emigra clandestinamente para o Brasil. No cais da alfândega de Belém do Pará, à chegada, encontra-se quase só, sem perceber ainda que estava num mercado de escravos brancos, e que era considerado refugo pelos entendedores. "Por fim, diante dos compradores que me rodeavam – escreveu ele –, saiu um vestido de pardo, e acariciou-me, pondo-me a mão no rosto, e convidando-me a segui-lo".

Gomes de Amorim vai trabalhar para um taberneiro português, passando, deste modo, a integrar a "classe caixeiral" de Belém.[3]

Ora bem, este "mercado de escravos brancos" tanto existe no Brasil para os jovens emigrantes portugueses que aí chegam, como existe em Portugal para as crianças da idade de Gomes de Amorim, órfãos, expostos, filhos de gente pobre, que nas "feiras dos moços", semanal ou mensalmente, durante todo o século XIX, nas principais cidades do Reino, são leiloados ou entregues a quem os solicita.

Maus tratos, pancadaria, expulsão de casa do patrão são comuns, quer para os jovens caixeiros em Portugal, quer para os jovens caixeiros no Brasil.

---

1 CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975, p. 71.

2 PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, p. 31.

3 CARVALHO, José Costa. *Aprendiz de selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras, 2000, p. 34.

Os procedimentos são idênticos. Importa, assim, não enfatizar lá aquilo que era prática corrente cá, nem estranhar anacronisticamente o que era então habitual.

E também, não é de estranhar que numerosos portugueses, nas cidades e fazendas, realizassem trabalho "escravo" e fossem tratados como tais, excetuando-se apenas, de acordo com a carta de lei do Império do Brasil, de 11 de outubro de 1837, a agressão física, a qual, porém, a acontecer, tinha de ser provada judicialmente pelo colono.

O próprio *Diário do Governo* de 1846, em artigo sobre a emigração portuguesa para o Brasil, chama a atenção para o facto de, com o fim do tráfico da escravatura, os açorianos serem engajados para o trabalho agrícola (através de contratos de locação de serviços aviltantes), e as mulheres para os serviços domésticos. E refere ainda, quanto ao Rio de Janeiro, que os açorianos monopolizavam praticamente o abastecimento de água porta a porta e de transporte de materiais para construções e habitações, serviços que até 1843-1844 eram feitos pelos "pretos".

Vai no mesmo sentido, a Associação Comercial do Porto, em 1842, numa representação enviada ao Governo, ao distinguir claramente a emigração livre do Norte de Portugal, da emigração clandestina e engajada, de "escravatura branca", dos Açores e da Madeira, referindo que, casos semelhantes aos que aconteciam naquelas Ilhas "nunca ocorreram na navegação feita da praça do Porto".

Os emigrantes que saíam pelo Porto – refere o artigo sobre emigração inserido nas páginas do *Diário do Governo* de 1846 –, "com raríssimas exceções", levavam passaportes, dedicando-se, no Brasil, preferencialmente ao comércio, e só recentemente (de 1842-1843 em diante) a outros ofícios.

Sabemos que não era bem assim. A Junta Geral do Distrito do Porto, em 1843, refere que dos 3 000 emigrantes saídos do Porto em 1842 e primeiro semestre de 1843, 609 (20%) não tinham profissão. E acrescenta que era "imenso o número dos que embarcam sem passaporte".

Mas parece não haver quaisquer dúvidas quanto ao facto de a emigração do Norte de Portugal, quando comparada com a dos Açores e Madeira, devido a um conjunto diverso de fatores de natureza socioeconómica, ser mais qualificada, mais "livre" e registar um menor número de saídas clandestinas.

O cônsul português no Rio de Janeiro esclarece, em 1857, que os açorianos sujeitavam-se mais aos trabalhos do campo que os minhotos, não se detetando com estes os contratos leoninos que eram feitos com aqueles, uma vez que, no caso dos continentais, os contratos eram celebrados, quase sempre no consulado geral do Rio, em "condições vantajosas, justas e equitativas", regulando o tempo de serviço para pagar as passagens em 10 a 12 meses, com um vencimento mensal de 2 000 a 3 000 réis, com a roupa de serviço, mesa e assistência na doença.

Em 1860, o cônsul geral do Rio de Janeiro informava que do Porto, há mais de dois anos, não saía pessoa alguma como "colono", isto é, "com obrigação de pagamento da passagem por meio de contrato de locação de serviço"; os fazendeiros que os contratavam pagavam lá as suas passagens e faziam os contratos de acordo com a lei de 1853, fiscalizados pelos governadores civis que lhes concediam os passaportes.

Os colonos propriamente ditos, com passagem a pagar no Brasil eram, regra geral, os dos Açores, que assinavam nas Ilhas apenas uma obrigação de pagamento. Dos Açores eram muito poucos os que chegavam com passagens pagas.

Contudo – adverte o cônsul geral – mais de metade dos que chegavam não faziam contratos no consulado geral.

Os especuladores das Ilhas (Açores) ganhavam bom dinheiro porque a gente que transportavam sujeitava-se aos trabalhos do campo. O número dos navios brasileiros que chegavam às Ilhas para transportar colonos era superior ao número daqueles que, da mesma nacionalidade, demandavam o Porto ou Viana do Castelo. E estes escapavam aos diplomatas portugueses, uma vez que a ingerência a bordo dos navios brasileiros por parte dos cônsules portugueses no Brasil era "absolutamente nenhuma".

Que fatores explicam que o recrutamento de emigrantes para trabalharem na agricultura com contratos leoninos, em condições francamente deploráveis, fosse mais intenso e mais fácil nos Açores que no Norte de Portugal?

Pelo menos, três, sem esquecermos que, os Açores, pelo simples facto de serem ilhas, tornavam-se praticamente impossíveis de controlar quanto aos locais de embarque.

Em primeiro lugar, as sociedades de colonização brasileiras têm um papel dinamizador da emigração nas Ilhas atlânticas, bem mais importante que no Norte de Portugal. O nível socioeconómico e cultural dos emigrantes dos Açores e Madeira, tudo leva a crer, é mais baixo do que o dos emigrantes do Norte de Portugal, fazendo com que as condições de transporte e trabalho no Brasil fossem mais duras e humilhantes para os emigrantes daquelas Ilhas.

Em segundo lugar, importa ter em consideração a tradição da designada "colonização por casais", a partir da segunda metade do século XVIII, dos açorianos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a qual vai continuar e manter-se após a independência do Brasil, desta vez, para trabalharem nas fazendas brasileiras. A gente dos Açores – refere o *Diário do Governo* em 1846 – "é muito laboriosa, muito sóbria e fiel, e por isso são preferidos".

Em terceiro lugar, os açorianos emigravam mais facilmente devido ao "feudalismo das Ilhas", como lembrou um deputado no Parlamento português.

Mas, é conveniente que se saiba – lembra o cônsul do Rio em 1857 – que, apesar de tudo, os açorianos melhoravam de vida no Brasil e embora experimentando "contrariedades e padecimentos ao princípio", ficavam livres da "opressão" que sofriam nos Açores, onde não tinham trabalho nem de comer. Defende até o diplomata no Rio que se não devia deixar embarcar em Portugal senão as pessoas que pagavam as passagens, exceto "a gente das Ilhas" devido à miséria em que viviam. Estava ainda na memória dos açorianos o fracasso da colonização do Alentejo em finais de Setecentos, pelos seus avós, onde tudo lhes faltou, pior do que a realidade que encontraram no Brasil.

Os emigrantes portugueses no Brasil

Que tipos ou categorias de emigrantes encontramos no Brasil?

Em primeiro lugar, embora não sendo os mais numerosos, mas crescendo significativamente em volume a partir de 1845-1850, temos os *colonos*, os que se destinam a trabalhar a terra, alimentando, assim, a "emigração agrícola" no dizer de Oliveira Martins. São eles que constituem o sector mais

problemático da emigração portuguesa, aqueles que mais preocupam os diplomatas portugueses no Brasil, os que alimentam o discurso dos que consideram inaceitável a continuidade de tais migrações para Terras de Santa Cruz, os que dão corpo ao estereótipo da "escravatura branca", porque, na realidade, vão trabalhar nas fazendas, como acontecia com os escravos. Estes saíam sobretudo dos Açores. Certamente que também temos colonos recrutados no Norte de Portugal, regra geral, para as fazendas do Rio de Janeiro, 14 neste Estado, para onde foram, entre 1860-1863 todos os 1 300 contratados registados no Porto. O seu número é, contudo, bem mais reduzido e o seu recrutamento mais tardio do que acontece nos Açores.

Importa matizar, apesar de tudo, a situação dos colonos. Existiam responsáveis pelas colónias estabelecidas que, uma vez chegados os colonos ao Brasil, apesar de contratados, só aceitavam os que livremente pretendiam trabalhar nas mesmas. Havia entregas de fazendas aos colonos, sem que nas mesmas ficasse "um só escravo" (contratos, regra geral, feitos nos consulados portugueses), a fim de evitar a humilhação e as discórdias suscitadas por tal situação. E em numerosas fazendas – garantem os diplomatas portugueses – eram bem tratados.

Mas, a regra geral parece ser a da prepotência e dos abusos sobre os que chegavam com contratos de locação muito duros, completamente dependentes dos seus locatários, sobretudo quando lhes eram adiantados os custos da viagem, locatários esses habituados a lidar com escravos.

A lei brasileira de 11 de outubro de 1837, que regulava os contratos de colonos, era considerada "iníqua", porque fazia do colono um servo, um escravo, constituindo a principal causa da decadência da colonização e da proibição de alemães, suíços e franceses emigrantes para o Brasil, por parte dos seus governos.

O vice-cônsul português do Rio, em 1863, que vivia no Brasil há 24 anos, considerava que num país em que a totalidade do trabalho era feito por escravos, não existiam colonos no verdadeiro sentido da palavra a não ser nalgumas colónias alemãs. Quanto ao mais – continua – e muito especialmente quanto aos nossos compatriotas, não há senão "venda e compra de servos".

Mas, poucos anos antes, em 1858, outro diplomata acreditado no Rio de Janeiro, asseverava que não era exato que os colonos, em geral, fossem maltratados por quem os tomava ao seu serviço.

É claro que a situação dos colonos era muito diversa, em função da natureza das fazendas, dos seus proprietários e das regiões em que trabalhavam, e do tipo de contrato a que estavam obrigados, umas vezes por dois anos, outras por três anos, trabalhando diariamente 9 a 10 horas. Eram raros os contratos para a cultura da cana do açúcar, a mais penosa do território, sendo mais comum a procura de colonos para as fazendas do café. A este último trabalho não escapavam os próprios menores, que também eram engajados como colonos, tendo, por exemplo, a Associação Central de Colonização recrutado, entre 1858-1863, mais de 600 jovens portugueses.

São os colonos que alimentam basicamente o rosário de queixas e denúncias de maus tratos, as palmatoadas, as surras até ao sequestro e, eventualmente, ao chicote.

No Rio de Janeiro, as associações de colonização recolhiam os colonos, à chegada, na Ilha do Bom Jesus, e daí saíam diretamente para o seu destino, sem que os cônsules tivessem oportunidade de os contactar.

O mesmo acontecia em Pernambuco, na década de 1850, os quais eram conduzidos diretamente de bordo para os engenhos do interior, não os autorizando a desembarcar em terra. Nesta situação, não havia qualquer garantia para os colonos, uma vez que aos engenhos, localizados a grande distância, em localidades pouco povoadas, não chegava a intervenção do Governo. As autoridades locais, concentradas numa família ou num só indivíduo, tudo mandavam, sem que o Governo tivesse meios para impedir a sua prepotência, dispondo assim da fazenda e da vida das suas "vítimas". Nos contratos estipulava-se que trabalhariam, por dia, 9 horas em descampado e 10:30 horas em lugar abrigado, quando o máximo, devido ao clima, devia ser de 8 a 9 horas. "Sem exageração" – rematava o cônsul de Pernambuco em 1863 –, eram tratados piores que escravos, e submetidos a "bárbaros tratos" quando fugiam.

No Maranhão, regra geral, os indivíduos que vinham para as colónias, movimento iniciado em 1853, não sabiam ler nem escrever, não havendo pois alternativa ao trabalho da terra. Os salários por que eram engajados na Europa, raras vezes cobriam as despesas com a alimentação, uma vez que os produtos alimentares eram "excessivamente" caros. O clima revelava-se impróprio para o trabalho no campo, e os colonos andavam mal vestidos e mal alimentados, morrendo com frequência.

Na Baía, o trabalho de lavoura era feito pelos escravos, mas tal não impedia o engajamento de portugueses para a lavoura da cana do açúcar, com 9 a 10 horas de trabalho diário, de que procuravam eximir-se à chegada, quando se apercebiam da dura realidade.

Sempre que tinham acesso aos consulados, muitos emigrantes recusavam o primitivo destino – não raras vezes, fazendas que não existiam –, obtendo novos contratos, ou preferindo ficar livres, por sua conta e risco. Outros, optavam por fugir.

Como sabemos, na década de 1860, este tipo de colonização vai praticamente desaparecer. As colónias extinguiram-se, como aconteceu no Maranhão, no Ceará, em Pernambuco, no Pará, Amazónia e na Baía, não havendo, por 1870-1872, nestes territórios, segundo os cônsules portugueses, colonos contratados.

Registe-se, finalmente, que nem todos os imigrantes que trabalhavam a terra eram colonos. Emigrantes portugueses havia que trabalhavam nas fazendas – refere Jorge Alves –, como em São Paulo, livremente, contratados para certas funções como a cultura ou colheita do café, preparação dos terrenos, queimadas, dispondo, não raras vezes, de hortas para si próprios. E, por outro lado, que os colonos que eram oficiais mecânicos – canteiros, pedreiros, rebocadores, carpinteiros, ferreiros etc. – tinham sempre horário de trabalho mais reduzido e salário mais elevado.

Em segundo lugar, os *caixeiros*, ou seja, os que trabalhavam nos centros urbanos, nas atividades ligadas ao sector terciário, os que garantiam o essencial da designada "emigração clássica".

Os emigrantes legais do Norte de Portugal, até 1840 – refere o *Diário do Governo* –, dedicavam-se maioritariamente ao comércio, sendo poucas as casas de negócio do Rio de Janeiro que não tinham

um ou mais caixeiros portugueses, registando-se até responsáveis de casas comerciais. Contudo, na década de 1850 – refere o cônsul do Rio de Janeiro – os lugares de caixeiros, reservados aos portugueses, passaram a ser reclamados pelos mineiros e a proporção dos indiferenciados no conjunto dos que emigravam do Norte de Portugal não parou de crescer.

Esta tradição dos emigrantes portugueses saídos do Norte de Portugal, que sabiam ler e escrever se dedicarem no Brasil, preferencialmente, ao comércio, vai manter-se ao longo do século XIX. Por 1870-1872, na Amazónia, no Pará, na Baía, no Maranhão, no Ceará, predominavam os caixeiros e negociantes. O mesmo acontecia em Pernambuco, onde 60% dos que chegaram, entre 1862-1872, eram menores, trabalhando como caixeiros e feitores.

Em terceiro lugar encontramos os "artistas mecânicos", os *pedreiros, carpinteiros, ferreiros* etc., saídos do Norte de Portugal, que ganham expressão significativa a partir da década de 1840, seguindo-se, posteriormente, os *alfaiates* e *sapateiros*. Todos se dedicam a trabalhar nos centros urbanos, livremente ou a contrato, com horários aceitáveis e remunerações consideráveis. Todos eles encontram emprego imediato, com soldadas e jornais muito vantajosos, ficando com 800 a 1 000 réis diários livres – referem os nossos diplomatas no Brasil, nos finais da década de 1850.

Em quarto lugar temos os *emigrantes indiferenciados* que trabalham nas cidades, os serviçais, aguadeiros, carreteiros, criados/criadas, empenhados nos serviços domésticos, que não sabem ler nem escrever e que vivem com dificuldade. Com efeito, nos centros urbanos, os portugueses ocupavam-se dos mais diversos serviços, substituindo ou competindo não raras vezes com os escravos. Por exemplo, refira-se o serviço de *fornecimento de água às habitações*, através de pipas transportadas em carroças, no Rio de Janeiro, no qual trabalhavam 10 000 africanos, que passou a ser garantido por açorianos, a partir da década de 1840, o mesmo acontecendo com outros meios de transporte destinados a obras.

Os *rapazes* eram contratados por dois anos para serviços domésticos, lavoura ou ofícios mecânicos, pagando o custo das suas passagens com 15 meses de serviço – anota-se em meados do século XIX.

Em último lugar, detetam-se os emigrantes *desempregados*, que erravam pelo Rio de Janeiro e por outros centros urbanos, entre os quais os vadios e as crianças. Os aliciadores não se preocupavam com o perfil das pessoas que recrutavam, uma vez que no mercado brasileiro o preço era o mesmo. O cônsul em Pernambuco refere, a certo momento, que se tinha feito um grande recrutamento na cidade do Porto na "escória da sociedade ou escuma de vadios". E o conde de Tomar aponta um grande número de crianças no Rio de Janeiro, principalmente das ilhas açorianas, sem proteção, convivendo com os escravos, em elevado grau de desmoralização e barbarização.

Torna-se evidente que a situação do emigrante português no Brasil se degrada à medida que avançamos no século XIX, a substituir a mão-de-obra escrava, que vai diminuindo à medida que o tráfico negreiro, após 1850, se reduz fortemente.

Em 1872, o cônsul-geral português no Rio de Janeiro e outros cônsules em várias cidades do Brasil fazem um balanço da emigração portuguesa para aquele país.

Os imigrantes, na maior parte, não sabem ler nem escrever. Aqueles que sabem ler e escrever, não contratados em Portugal, vão para o comércio. Os que tinham profissão iam para oficiais mecânicos. Os menos qualificados, nomeadamente os menores, destinavam-se a ocupações domésticas.

Era raríssimo o caso dos imigrantes contratados regularmente. A maior parte era engajada verbalmente ou por escrito, mas sem as formalidades legais. Nesta situação, eram obrigados a trabalhar dois ou três anos por 300 réis fracos, quando o salário regular era, no mínimo, o dobro. No final do contrato, registavam ainda dívidas elevadas aos engajadores ou locatários, sendo obrigados a renovarem os contratos ou a fugirem, sujeitando-se, neste caso, a serem presos e condenados a trabalhos públicos. Fazendeiros portugueses existiam no interior do Brasil, mas constituíam a exceção. Nas fazendas, a situação dos colonos portugueses estava dependente dos seus proprietários, havendo nas fazendas de café exemplos de bom tratamento.

Em suma, o emigrante educado e apto para trabalhar no comércio e na indústria tinha emprego e sucesso, mas era "a menor parte dos imigrantes".

No Rio de Janeiro existiam muitos portugueses vivendo na miséria, em "cortiços", cubículos imundos, sem luz, mal arejados – à semelhança das "ilhas" do Porto e dos pátios de Lisboa, acrescentamos nós. Numerosas mulheres portuguesas pagavam tributo à prostituição.

No Maranhão, muitos dos menores que chegavam não sabiam ler. Porém, a maior parte dos que chegavam, dedicavam-se ao comércio, não havendo emigração clandestina.

No Ceará, os emigrantes contratados, na década de 1860, caíram significativamente, menos de 50% dos que tinham entrado.

Em Pernambuco, onde a emigração clandestina era insignificante, 60% dos que entravam, vindos sobretudo do Minho, eram menores, destinando-se a caixeiros e feitores. Comentava o cônsul aí instalado que estes rapidamente tomavam "amor ao Brasil" e quem tinha algum dinheiro casava com brasileiras.

Em Salvador da Baía – refere Tania Gandon –, na segunda metade do século XIX, os lusos dedicavam-se fundamentalmente à atividade marítima e comercial, ou seja, "a esmagadora maioria" eram caixeiros, oriundos, sobretudo, do Porto e do Norte de Portugal.

Conclusão

No século XIX, após a independência do Brasil, detetam-se facilmente, como escreveu Costa Cabral em 1859, "grandes preconceitos contra tudo o que é português", sendo obrigados a condescender com eles, "os homens públicos e o imperador, para não perderem o apoio das massas indígenas".

Apesar desse evidente anti-lusitanismo, a emigração portuguesa para o Brasil não parou de aumentar, de tal forma que, na década de 1860, um cônsul português no Brasil afirmava que a emigração portuguesa para aquele país nunca cessaria.

Como refere o Governo brasileiro, o Governo português conhecia sérias dificuldades "em contrariar a tendência natural que tem a população do Reino para abandonar a terra natal e vir ao Brasil em busca de melhoramento da sorte".

Como caracterizar globalmente este fenómeno? Não simplifiquemos a resposta, mas esbocemos algumas conclusões.

Quem emigra sabendo ler e escrever tem condições de sucesso. O mesmo acontece com os emigrantes que têm profissão bem definida, quer contratados, quer não. E com aqueles que dispõem de meios para pagar a passagem, garantindo assim, à chegada, a capacidade de escolha quanto ao setor de atividade em que pretendem inscrever-se.

Os trabalhadores rurais, os indiferenciados, os que para saírem do Reino têm de assinar contratos de locação violentos e se destinam ao campo, às fazendas, substituindo ou rivalizando com o trabalho escravo, vivem em condições duras, de que não se libertam com facilidade. Não esqueçamos, porém, que a miséria era a causa suprema desta emigração rural – escreve Alexandre Herculano.

No Brasil oitocentista, o litoral e a cidade libertam, o interior e as fazenda escravizam. Apesar disso, os colonos afluem ao Brasil com "espontaneidade", como refere uma fonte oficial portuguesa, não havendo assim necessidade, por parte do governo brasileiro, de desenvolver quaisquer esforços para os recrutar. Como escreveu o conde de Tomar, os interesses individuais de portugueses e brasileiros, os interesses de várias repartições e de funcionários públicos, assim como o interesse do Governo do Império, conjugavam-se para proteger o tráfico clandestino ou semi-ilegal dos colonos…os quais valiam menos do que os escravos. Em meados do século XIX, um escravo custava 1,5 a 2 contos de réis. Um colono português – continua Costa Cabral – custava o preço da passagem, ou seja, 100 000 a 120 000 réis. Se morria um colono o Brasil nada perdia. Se morria um escravo perdia "um bom capital".

Não menosprezemos as condições de trabalho penosas e os abusos e violências de que muitos emigrantes, nomeadamente os colonos, os menores e as mulheres, se queixavam. Nem a miséria em que muitos deles caíram, mendigando ou vegetando nos "cortiços" do Rio de Janeiro.

Há certamente, como aconteceu com a história trágico-marítima dos Descobrimentos portugueses, uma história trágico-terrestre da emigração portuguesa para o Brasil.

Mas relativizemos tais situações. As condições de trabalho e os abusos também existiam em Portugal, nomeadamente no Norte de Portugal, mas, sobretudo, nos Açores, onde a servidão permanecia. E a vida nos "cortiços" não seria muito diferente dos "bidonvilles" às portas de Paris, que os portugueses habitaram na década de 1960, ou dos bairros de lata em que portugueses e africanos viviam até há 20 anos em Lisboa e arredores.

Apesar de todos os artigos publicados na imprensa da época, das listas de portugueses mortos no Brasil publicados no *Diário do Governo* e nos jornais, apesar das homílias dos sacerdotes contra a emigração, apesar das invectivas, denúncias e retórica dos políticos, e apesar da inegável hostilidade da opinião pública brasileira quanto aos portugueses, a emigração portuguesa para o Brasil não

deixou de crescer ao longo de todo o século XIX e primeira parte do século XX, a denunciar que o inferno do Brasil, apesar de tudo, era mais atraente que o céu de Portugal.

Por que seria?

Fontes

Boletim de Emigração, 1919-1933, Ministério do Interior, Comissariado Geral dos Serviços da Emigração/Inspeção Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional.

Commissão Parlamentar para o Estudo da Emigração Portugueza, 1885. Documentos apresentados à Câmara dos Senhores Deputados e por ella mandados publicar na sessão legislativa de 1886. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

Documentos apresentados às Cortes na sessão legislativa de 1874 pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Emigração Portugueza. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

HERCULANO, Alexandre. *A Emigração (1873-1875)*. In: *Opúsculos*, tomo IV. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

ORTIGÃO, Ramalho. "Carta ao Sr. Ministro do império do Brasil em Lisboa. A teoria do ridículo" (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____."O Brasil visto a voo de sabiá. A natureza. A civilização. O emigrado" (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. "Sua Majestade o imperador do Brasil em Lisboa. Guia deste viajante..." (1872). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. "Um folheto brasileiro. Duas palavras aos leitores das 'Farpas'..." (1873). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. "A emigração segundo o Sr. Alexandre Herculano. A emigração forçada..." (1874). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

_____. "A questão do Pará. O colono português e o indígena brasileiro..." (1874). In: ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, tomo X. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1944.

PÉRCHEIRO, D. A. Gomes. *Portugal e Brazil: emigração e colonisação.* Lisboa: Typ. Luso-Hespanhola, 1878.

Primeiro Inquérito Parlamentare sobre a Emigração Portugueza pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: edição do autor, 1994.

CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975.

CARVALHO, Augusto de. *O Brazil. Colonisação e emigração*. 2 vols. Porto: Typografia de Bartholomeu H. de Moraes, 1875.

CARVALHO, José Costa. *Aprendiz de selvagem: o Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras, 2000.

CRUZ, Maria Antonieta. "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil. Contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX". Revista *História*, Porto – FLUP, nº 7, 1986-1987.

_____. "Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense". Revista *História*, Porto – FLUP, nº 11, 1991.

GANDON, Tania Risério d'Almeida. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX: emigração e comércio*. Salvador: EDUNEB, 2010.

MARTINS, Ismênia de Lima. "O Imigrante e a Historiadora". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

_____. "Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____. "Registros de imigrantes: estratégias de pesquisa". In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

_____. "Movimentação de portugueses no Brasil: 1808 a 1842. A base lusa do Arquivo Nacional". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

_____. "Imigração, inserção social e urbanização. Um estudo de caso: o Hospital Santa Cruz da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói". In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros de. "Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

_____. "A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil.* Porto: Afrontamento, 2007.

_____. "Imigração e negócios: comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870)" (coautora). In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses.* Bauru: Edusc, 2008.

_____. "A 'onda' emigratória de 1912: dos números às trajetórias". In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil.* Porto: Afrontamento, 2009.

_____. "Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher". In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses.* Belém: Paka-Tatu, 2010.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850 a 1930).* Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

PIZA, Daniel. *Machado de Assis: um génio brasileiro.* 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

SANTOS, Mario Augusto da Silva. *Comércio Português na Bahia, 1870-1930.* S/l.: s/e., 1977

SOUSA, Fernando de. "Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil" (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos.* Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

_____. "Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)" (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil.* Porto: Afrontamento, 2007.

_____. "A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1834-1950)". In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses.* Bauru: Edusc, 2008.

_____. "A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)" (coautor). In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil.* Porto: Afrontamento, 2009.

_____. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840).* Porto: Fronteira do Caos, 2009.

_____. "O primeiro inquérito português à emigração (1843)". In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses.* Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia Lima (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010.